ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO
CARGO DE PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
EDITAL Nº 4 – PFN, DE 4 DE MAIO DE 2023

O **CONSELHO SUPERIOR DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**, em razão de erro material, torna pública a **retificação** de objetos de avaliação referentes a **Direito Tributário**, constantes do subitem **17.2.1** do Edital nº 1 – PFN, de 26 de dezembro de 2022, e suas alterações, conforme a seguir especificado.

[...]

17.2 CONHECIMENTOS

17.2.1 Nas provas, serão avaliados, além de habilidades, conhecimentos conforme descritos a seguir.

[...]

DIREITO TRIBUTÁRIO

[...] 12. Transação tributária: o regime da Lei nº 13.988/2020; Portaria PGFN nº 6.757/2022. 13. Garantias, privilégios e preferências do crédito tributário. 14. Administração Tributária: fiscalização; dívida ativa; certidões de regularidade fiscal e cadastro; sigilo fiscal e prestação de informações. 15. Jurisprudência do STF; modulação dos efeitos temporais das decisões do STF em matéria tributária; coisa julgada em matéria tributária. 16. Direito Tributário Internacional: operações internacionais e tributação; elementos de conexão; princípios da territorialidade, da fonte e da residência; bitributação econômica e bitributação jurídica. Planejamento tributário por acordos de bitributação; *treaty shopping*. 17. Preços de Transferência: fundamentos; métodos; padrão *arm's length*; regras brasileiras; diretrizes da OCDE; acordos de bitributação. 18. Processo Administrativo Fiscal; arrolamento de bens e direitos. 19. Cobrança Extrajudicial do Crédito Inscrito em Dívida Ativa da União e do FGTS: Hipóteses e Procedimentos; controle de legalidade e procedimento para inscrição em dívida ativa; notificação do Devedor; oferta antecipada de Garantia em Execução Fiscal; CADIN; averbação pré-executória; pedido de revisão de dívida inscrita; ajuizamento seletivo e procedimento para localização de bens e direitos; negócio jurídico processual em matéria tributária; Portarias PGFN nºs 33/2018 e 742/2018. 20. Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade; Portaria PGFN nº 948/2017. 21. Processo Judicial Tributário: ações do Fisco contra o contribuinte e ações do contribuinte contra o Fisco. 22. Lei nº 6.830/80: dívida ativa tributária e não tributária; legitimados passivos; redirecionamento de execução fiscal; incidente de desconsideração de personalidade jurídica; exceção de pré-executividade; embargos à execução fiscal; garantias; penhora; arresto; prescrição intercorrente; prescrição para o redirecionamento; prescrição para cobrança do crédito tributário. 23. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Contribuição Social da LC 110/2001: natureza Jurídica; sujeitos ativo e passivo e fato gerador. 24. Sistema Integrado de Pagamento de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES (Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e alterações). 25. Falência e Recuperação Judicial: Tributação e Recuperação de Créditos em face de Empresas Falidas ou em Recuperação Judicial. 26. Impostos federais em espécie: fato gerador; base de cálculo; contribuintes. 27. Contribuições Sociais em espécie: fato gerador; base de cálculo; contribuintes; contribuições de intervenção no domínio econômico; contribuições corporativas; contribuições de seguridade social. 28. Tributação da economia digital: softwares e bens digitais; licenciamento de uso, licenciamento de comercialização e cessão do código fonte de softwares padronizados, personalizados e personalizáveis; tributação de criptoativos; conceitos básicos de blockchain e tecnologias de registro distribuído; tributação da alienação e da aquisição de criptoativos por pessoa jurídica e pessoa física; instrução normativa RFB nº 1.888/2019; permuta de criptoativos.

[...]

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS
Presidente do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União